

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL TÉCNICA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO - UMBUZEIRO – PB

education for citizenship: a case study in a technical integral citizen school of the state teaching network OF THE CITY OF UMBUZEIRO – PB

Geisiane Antonita do Nascimento¹
Gêuda Anazile da Costa Gonçalves
Sandra Maria Araújo de Souza

RESUMO

O acesso ao conhecimento, a interação social e a possibilidade de participar de debates que tratem de questões de ordem pública, são aspectos considerados fundamentais para o desenvolvimento da consciência política dos cidadãos. Portanto, a escola pode ser considerada o local ideal para a formação de cidadãos reflexivos e críticos que desenvolvam o potencial de contribuir, efetivamente, para a melhoria da sociedade como um todo. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar, na percepção dos profissionais de educação, se as práticas pedagógicas adotadas pela Escola Cidadã Integral Técnica Presidente João Pessoa (ECIT), proporcionam meios para a formação da consciência política dos alunos. A pesquisa é exploratória de caráter descritivo, com abordagem qualitativa e, caracterizada como estudo de caso. O universo da pesquisa é composto por 21 profissionais da educação que atuam na escola em foco. A amostra da pesquisa é do tipo não probabilística por acessibilidade, totalizando 15 profissionais que realizam atividades junto ao primeiro e segundo ano do ensino médio. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas, realizadas de forma remota, através da plataforma meet. Superada a fase de coleta os dados foram submetidos à técnica qualitativa denominada análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que a escola adota as práticas pedagógicas através de temas transversais, que permeiam todo o currículo escolar e, portanto, proporcionam meios para a formação da consciência política dos alunos.

Palavras-chave: Educação. Cidadania Ativa. Participação Social. Consciência Política. Sociedade.

ABSTRACT

Access to knowledge, social interaction and the possibility of participating in debates that address issues of public order, are aspects considered fundamental for the development of citizens' political awareness. Therefore, the school can be considered the ideal place for the formation of reflective and critical citizens who develop the potential to contribute, effectively, to the improvement of society as a whole. In this context, the present work aims to analyze, in the perception of education professionals, if the pedagogical practices adopted by the Escola Cidadã Integral Técnica Presidente João Pessoa (ECIT), provide means for the formation of students' political awareness. The research is exploratory and descriptive, with a qualitative approach and characterized as a case study. The research universe consists of 21 education professionals who work in the school in focus. The research sample is of the non-probabilistic type due to accessibility, totaling 15 professionals who carry out activities in the first and second year of high school. The data were collected through semi-structured interviews, carried out remotely, through the meet platform. After the collection phase was over, the data were submitted to a qualitative technique called content analysis. The results show that the school adopts pedagogical practices through transversal themes, which permeate the entire school curriculum and, therefore, provide means for the formation of students' political awareness.

Keywords: Education. Active Citizenship. Social Participation. Political awareness. Society.

¹ Autor correspondente: Geisiane Antonita do Nascimento – E-mail: geisianne10@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A consciência política é fundamental para o exercício da cidadania, ela é resultante do processo de conscientização dos direitos e deveres dos cidadãos e, dos significados atribuídos pelos mesmos à realidade social a qual estão inseridos. Durante o período militar (1964 - 1985) a supressão de direitos constitucionais, a censura, a perseguição política e a repressão caracterizaram a ausência de democracia (RODRIGUES, 2012).

Segundo Flach (2009), os acontecimentos econômicos, políticos e sociais pelos quais o país passava deixou a educação em segundo plano. Apenas na década de 1980 com o movimento de redemocratização do país foram retomados debates sobre o direito à educação (BARRETO, 2015). Neste sentido, com o término do regime militar, fez-se necessário à formulação de uma nova Constituição Federal que correspondesse a dinâmica da política e da sociedade brasileira, à época.

A Constituição Federal de 1988 é um marco da retomada do processo democrático, garantindo os direitos civis, políticos, sociais, a privacidade, ambientais, ao patrimônio histórico-cultural, ao patrimônio econômico público, entre outros. São direitos sociais: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”, (CF, 1988, Art. 6º). Sabe-se, no entanto, que a consciência política do povo e, conseqüentemente, a cidadania ativa, é fator primordial para a garantia desses direitos.

Assim, a educação apresenta-se como instrumento fundamental ao desenvolvimento de sujeitos criativos, críticos, plurais, capazes de exercer seus deveres e lutar pelos seus direitos.

Carvalho (2002, p. 11) afirma que, “a ausência de uma população educada tem sido, sempre, um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política”. Sendo assim, pode-se afirmar que a educação formal tem um papel preponderante no que diz respeito à elevação dos níveis de consciência cidadã.

Segundo o artigo 5º da resolução que define as Diretrizes Curriculares (BRASIL, 2013):

A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em plenitude, da qual depende a possibilidade de conquistar todos os demais direitos, definidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na legislação ordinária e nas demais disposições que consagram as prerrogativas do cidadão.

O que corrobora com o entendimento de que a educação formal deve ser reconhecida como condição *sine qua nom* para a evolução da sociedade. Neste sentido, Goergen (2013, p. 734) reitera que, “devemos reconhecer que, em qualquer circunstância, o acesso à educação formal é condição fundamental para a formação de cidadãos conscientes, críticos e democráticos, capazes de promover a transformação social”. Vale destacar, o papel da educação não formal que ao longo da história tem contribuído, de forma ímpar, para o processo de compreensão da cidadania a partir dos valores passados de geração em geração nas famílias e que são a base para uma sociedade que busca a civilidade e cidadania (VASCONCELOS, 2010).

A educação não formal ocorre fora dos espaços escolares e envolve uma ampla variedade de atividades para atender interesses específicos de determinados grupos. Sua importância está no fato de desenvolver saberes que orientam as práticas sociais na construção de novos valores para a participação coletiva da comunidade (ALMEIDA, 2014). Desta maneira, a educação não formal também exerce grande influência na formação do cidadão consciente.

Vale destacar que é na escola, onde ocorre o primeiro contato com a diversidade do conhecimento o que pode levar ao desenvolvimento de competências fundamentais para a vida em sociedade. Logo, é essencial que a escola seja um espaço aberto ao debate acerca dos direitos e deveres dos cidadãos, que possibilite a interação com a comunidade local, e que adote estratégias educacionais capazes de relacionar teoria e prática para resolução de problemas locais, via exercício da democracia participativa.

A democracia é o regime da soberania popular, sem desrespeitar os plenos direitos da minoria. Segundo Benevides (1994, p. 9), “a cidadania se define pelos princípios da democracia, significando necessariamente conquista e consolidação social e política”, sendo dessa maneira a melhor forma de despertar a cidadania ativa.

Diante do exposto, questiona-se: na percepção dos profissionais de educação as práticas pedagógicas adotadas na Escola Cidadã Integral Técnica Presidente João Pessoa, proporcionam meios para a formação da consciência política dos alunos?

O objetivo deste trabalho é analisar, na percepção dos profissionais de educação, se as práticas pedagógicas adotadas pela Escola Cidadã Integral Técnica Presidente João Pessoa, proporcionam meios para a formação da consciência política dos alunos.

Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico e documental, além da pesquisa de campo, que possibilitou a coleta de dados primários através da realização de entrevistas semiestruturadas com os profissionais de educação da ECIT, foco deste estudo.

O presente artigo está estruturado em quatro partes. A primeira delas é a introdução, onde encontra-se a contextualização do tema, o problema e o objetivo de pesquisa; seguida pelo referencial teórico que resgata os principais autores que tratam do tema em questão; na terceira seção, encontra-se a metodologia da pesquisa, com detalhamento dos os caminhos percorridos para o alcance do objetivo pré-estabelecido; na quarta, encontra-se a análise dos resultados e, por fim, na quinta parte, as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Educação como direito constitucional

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 a educação foi internalizada como um direito social de todos os cidadãos, sendo de responsabilidade do Estado e da família com o apoio da sociedade devendo promovê-la e incentivá-la preparando os indivíduos para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art. 205).

Diante disto, está claro a importância da educação na construção da cidadania e da dignidade humana.

No artigo 208 da CF de 1988, tal importância torna-se ainda mais clara ao evidenciar as garantias conquistadas pelos cidadãos no âmbito da educação, como por exemplo, a obrigatoriedade e gratuidade do ensino e o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

A conquista do ensino gratuito permitiu as camadas sociais menos providas de recursos financeiros de obterem a oportunidade de ingressar nas escolas em busca de aprendizado o que futuramente pode propiciá-los melhoria na qualidade de vida.

Quanto à obrigatoriedade no ensino, principalmente entre os 4 aos 17 anos, foi uma conquista sem precedentes. Esta garantia, dentre outros fatos, auxiliou no combate ao trabalho infantil, já que os pais e responsáveis legais são obrigados a matricular e garantir a frequência regular das crianças e dos adolescentes, além disso, foi uma forma de impedir que os pais que não acreditam no valor da educação como provedora de mudanças na qualidade de vida dos

indivíduos pudessem impedir ou não incentivar as crianças e os adolescentes a frequentarem a escola.

No que tange ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, estreitou ainda mais as relações de igualdade e respeito ao próximo, os ideais de solidariedade humana, valores éticos e morais tão buscados pela sociedade atualmente e ainda permite o melhor engajamento e desenvolvimento desses indivíduos nas atividades sociais cotidianas.

Estas garantias fundamentais podem parecer *a priori* simples, mas demonstram a magnitude da educação perante o desenvolvimento da sociedade como um todo. De acordo com Goergen (2013, p. 736), “sem educação não há cidadania, pode-se concluir que a educação é, efetivamente, um direito essencial de cada cidadão”. Ela é imprescindível para o desenvolvimento de qualquer sociedade, principalmente nos países em desenvolvimento onde um ensino de qualidade é crucial para que os cidadãos se qualifiquem para atuar no mercado de trabalho e na própria sociedade como cidadão consciente de seus direitos e deveres.

Na esfera educacional brasileira o surgimento de documentos específicos que tratam do mesmo destacou ainda mais a importância da educação na concepção de uma sociedade instruída e cidadã. Dentre eles, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei nº 9.394 de 1996).

A LDB, assim como a Constituição Federal, explicita que a educação é dever do Estado e da família e que ela deve preparar os educandos ao exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. De acordo com a mesma: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996, art. 1º). Isto mostra um alinhamento na concepção da função primária da educação.

A LDB em seu artigo 22 diz que: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996, Art. 22º).

Para tanto, a cidadania exige instituições, mediações e comportamentos próprios, constituindo-se de espaços sociais de lutas e na definição de instituições permanentes para a expressão política (BENEVIDES, 1994). A escola assume esse papel institucional de expressão política onde através das práticas educacionais ela não apenas auxilia na produção de

conhecimentos básicos, mas também moldam O comportamento e preparam os indivíduos para a convivência em sociedade, daí a importância na formação de cidadãos ativos.

2.2. Escola Cidadã

Cidadania pode ser definida de forma simples como o conhecimento e exercício dos direitos e deveres dos cidadãos.

Zwetsch e Zwetsch (2015) citam que para viver em cidadania é preciso levar em conta os direitos civis (locomoção, da segurança); sociais que atendem as necessidades básicas do ser humano; e políticos (a livre expressão de pensamento, prática política ou religiosa). Eles também afirmam que “O povo adquire a cidadania com o tempo, com o conhecimento e com a experiência, podendo ser conquistada ou perdida” (ZWETSCH; ZWETSCH, 2015).

Neste ponto, a escola é fundamental visto que tem como função proporcionar um ambiente de discussão e reflexão em busca de formar cidadãos críticos e conscientes. Assim, “a escola continua sendo, por excelência, o espaço no qual se pode promover o comportamento reflexivo-crítico indispensável à cidadania ativa, com identidade e pertinência, visando um projeto coletivo de convivência verdadeiramente democrático” (GOERGEN, 2013).

A preparação para a cidadania na escola não é um processo fácil e simples, ao contrário, um trabalho amplo e contínuo que modifica a pessoa e permite que a mesma seja um sujeito de transformação social, porém deve envolver todos os indivíduos que cercam este ambiente para assim produzir resultados significativos. Desta forma, a escola apresenta papel fundamental neste processo, pois facilita o acesso ao conhecimento científico, as políticas públicas e auxiliam na formação crítica do sujeito, além de preparar o mesmo para o mercado de trabalho (ZWETSCH; ZWETSCH, 2015).

Sendo assim, educar para a cidadania é um processo complexo que envolve diversos atores e desejo constante de mudança por parte dos indivíduos. Mesmo a escola sendo o principal ambiente de formação cidadã, muitas vezes esta função é simplificada apenas a mera capacitação dos indivíduos ao mercado de trabalho.

Para Freire (1997 *apud* GADOTTI, 2010, p. 69):

A Escola Cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A Escola Cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Não pode ser uma

escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia.

Uma escola cidadã vai além da formação acadêmica tradicional estando preocupada com a liberdade dos indivíduos de expressarem suas ideias e opiniões. Ela visa à modificação do ambiente na qual está inserida buscando a melhoria na qualidade de vida das pessoas que fazem parte dela.

Destarte, a escola tem a missão de desenvolver nos estudantes a consolidação e o aprofundamento dos seus conhecimentos adquiridos nas etapas anteriores, seu aprimoramento como pessoa humana, relacionar a teoria e a prática e a preparação básica para o trabalho e a cidadania (BRASIL, 1996). Cidadania esta que só pode ser conquistada em sua plenitude através do desenvolvimento de uma consciência política.

2.3. Consciência Política

A consciência política faz parte de um processo psicossocial na qual é influenciada pelo ambiente em que os indivíduos estão inseridos, assim como a história de vida de cada sujeito, os valores, as crenças e a cultura surtem influência direta neste processo (COSTA, 2007).

Sendo assim, Costa (2007, p. 82) afirma que “a consciência política não pode ser compreendida a partir de si mesma, mas a partir dos significados que os indivíduos atribuem à realidade social”. Para compreendermos o processo de desenvolvimento da consciência política faz-se necessário compreendermos o ambiente e o contexto social na qual o sujeito está inserido.

Silva (2007) aponta que a construção da consciência política é um processo de ressocialização contínua que se efetiva nas práticas da vida cotidiana propiciando oportunidades psicopolíticas dispostas na vida de cada sujeito, como as práticas de diálogo e escuta promovidas nas sociedades democráticas.

Neste sentido, Andrade (1998, p.144, *apud* SILVA, 2007, p. 116) afirma que:

A consciência política é 'despertada' mediante oportunidades de comunicação, diálogo, e interação, visto que "o espaço comunicativo é o lugar de receber informações, refletir sobre as histórias de vida e interesses enquanto categorias sociais, e partir para a ação política: no caso, a organização social na luta pela terra.

As sociedades democráticas proporcionam a oportunidade dos cidadãos reunirem-se e debaterem sobre os mais diversos temas e problemas sociais que só é possível a partir da interação entre os sujeitos. Assim, a participação popular nas discussões no que tangem elementos de interesses da sociedade é o ponto de partida para o estímulo ao exercício da cidadania ativa.

A consciência política é parte fundamental do exercício da cidadania, onde todos os aspectos - psicológicos, sociais, históricos, culturais, valores, crenças, instituições a qual fazem parte - envolvidos na construção da identidade do sujeito são primordiais para o processo de formação do cidadão.

Tendo isto em vista, a escola torna-se o ambiente fundamental para o desenvolvimento de uma consciência política, pois a partir de sua inserção nela o sujeito está envolto de grande quantidade e variedade de informações, valores, crenças, religiões e culturas que influenciam na construção de sua identidade e que dão subsídio à modificação da realidade a qual faz parte. Aqui a escola deixa de ser apenas um ambiente de reprodução de informações e passa a ser um ambiente de diálogo e respeito que busca o desenvolvimento da criticidade e formação de cidadãos ativos e conscientes.

3. METODOLOGIA

A pesquisa se classifica como exploratória, por proporcionar maiores informações sobre o tema em questão, com o intuito de torná-lo mais explícito, com o interesse de considerar as mais variadas vertentes inerentes ao fato ou fenômeno estudado (GIL, 2010) e, descritiva, por objetivar descrever as características de determinada população ou identificar possíveis relações entre variáveis, tendo como característica a técnica padronizada de coleta de dados (ANDRADE, 2009).

O estudo caracteriza-se como qualitativo, por buscar alcançar uma compreensão profunda de uma situação e, proporcionar ao pesquisador o entendimento de como e porque as coisas acontecem de determinada forma (COORPER, 2016).

Quanto aos procedimentos adotados foi realizado um estudo bibliográfico, através de livros, teses, artigos, entre outros e, documental tendo como base documentos oficiais do governo, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNEB) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), onde foi visualizado o que os mesmos tratam sobre o tema analisado.

A presente pesquisa é considerada um estudo de caso, por abarcar uma investigação profunda e minuciosa de um objeto, o que permite seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2016).

O universo desta pesquisa é composto por 21 profissionais da educação que atuam no primeiro e segundo ano do ensino médio na Escola Cidadã Integral Técnica Presidente João Pessoa, localizada na cidade de Umbuzeiro no estado da Paraíba.

A amostra adotada é não probabilística por acessibilidade, onde os elementos são selecionados pela facilidade de acesso (VERGARA, 2010).

Portanto, compuseram a amostra 15 profissionais da educação, sendo 01 gestor educacional e 14 professores, que desenvolvem suas atividades profissionais junto ao primeiro e segundo anos do ensino médio da ECIT, em foco. A coleta de dados primários foi realizada, devido à pandemia do COVID-19, de forma remota através da aplicação de entrevistas semiestruturadas via plataforma *meet*.

Para coleta e análise de dados foram estabelecidas as seguintes categorias analíticas:

- 1) conhecimento e consciência dos direitos e deveres do cidadão;
- 2) comportamento reflexivo-crítico;
- 3) articulação e cooperação com a comunidade.

Estas categorias foram criadas a partir da leitura de diversos trabalhos que tratam sobre o tema, como consta no quadro 1, sendo desta forma categorias analíticas fechadas.

Após coletados, os dados foram submetidos à técnica qualitativa denominada análise de conteúdo, cujo objetivo é identificar o que vem sendo dito em relação a um determinado tema (VERGARA, 2005).

Acerca da análise de conteúdo foram utilizadas as etapas propostas por Bardin (2011), sendo estas:

- 1) pré-análise: realização de leituras dos materiais disponíveis sobre o tema;

- 2) exploração do material: definição das unidades de registo, das categorias analíticas e o sistema de codificação; e,
- 3) tratamento dos resultados: as informações obtidas através das unidades de registo foram acopladas nas categorias e subcategorias analíticas, indicando presença ou ausência de estruturas semânticas significantes, sujeitas a interpretação.

As falas dos entrevistados foram gravadas, codificadas, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registo - frases modais - identificadas às palavras-chave, definiu-se as regras de contagem, classificação e agregação das informações obtidas em categorias analíticas.

Quadro 1 – Categorias analíticas e unidades de análise

Categorias analíticas	Unidades de análise	Questões norteadoras	Autores
Conhecimento e consciência dos direitos e deveres do cidadão	Educação	Os indivíduos reconhecem a educação como direito? Ela é considerada indispensável para o exercício da cidadania?	FLACH (2009), GEORGEN (2013), ZWETSCH; ZWETSCH (2015), BARRETO (2015)
	Cidadania Ativa	Compreendem seu significado? Quais subsídios para o desenvolvimento da cidadania ativa?	GEORGEN (2013), ZWETSCH; ZWETSCH (2015)
Comportamento reflexivo-crítico	Escola	Como promove o comportamento reflexivo-crítico? No que se refere à educação para cidadania? Contribui para a formação da cidadania democrática?	GEORGEN (2013), BARRETO (2015)
Articulação e cooperação com a comunidade	Prática Pedagógica	Quais estratégias metodológicas são adotadas?	ZWETSCH; ZWETSCH (2015), BARRETO (2015)
	Participação	Efetivamente, há participação cidadã? Como se dá esse processo? Há participação da sociedade?	GEORGEN (2013), ZWETSCH; ZWETSCH (2015)
	Consciência política	Ocorre o diálogo e a comunicação entre a escola, alunos e comunidade?	SILVA (2007)

Fonte: Elaboração própria (2020)

A agregação dos relatos dos entrevistados nas categorias analíticas apresentadas permitiu melhor visualização das ideias apresentadas e, assim sua análise e interpretação. Além disso, houve a preocupação em preservar na íntegra as falas dos entrevistados, buscando tornar o processo mais fidedigno.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1. *Lócus da pesquisa*

De acordo com o Decreto nº 36.408 de 2015 (PARAÍBA, 2015), para ser considerada Escola Cidadã Integral Técnica é necessário que a escola seja de ensino médio em período integral, com conteúdo pedagógico voltado para a profissionalização, método didático e administrativos próprios regulamentados a partir da Base Nacional Comum como objetivo da formação de profissionais qualificados e capazes de influir positivamente no mercado de trabalho, atuando com protagonismo na vida econômica e social.

A pesquisa foi realizada na ECIT Presidente João pessoa, localizada na cidade de Umbuzeiro – PB. A escola foi fundada em 27/03/1978 e tornou-se ECIT em 25/01/2019. Atualmente a ECIT encontra-se em período de transição, assim a escola dispõe de 8 turmas do ensino integral, dessas, 6 são técnicas e 2 são propedêuticas, no turno diurno funcionam 5 turmas, destas, 3 são do ensino médio regular e 2 são da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O corpo docente da escola é composto por 27 professores, onde 20 lecionam na modalidade integral técnica cidadã e 7 na modalidade ensino médio regular no período noturno. A escola possui o total de 258 alunos, desses, 208 são do ensino integral técnico e 50 são do ensino integral propedêutico. À noite estudam 187 alunos no total, sendo 98 do ensino médio regular e 89 do EJA. Na ECIT alguns professores acumulam a função de coordenadores de áreas de estudo (exatas, linguagens e humanas), financeiro e/ou pedagógico e a gestão escolar fica a cargo da diretora que acumula a função de vice-diretora.

A escolha da ECIT Presidente João Pessoa se deu devido ao fato dela ser a única escola cidadã da cidade do município de Umbuzeiro, assim como a única escola integral técnica da região com foco na preparação dos estudantes para atuação na área de agropecuária, tendo em vista que o referido município é reconhecido no meio agropecuário pela produção e desenvolvimento do gado Gir leiteiro que ocorre principalmente na Empresa Estadual de

Pesquisa Agropecuária da Paraíba (EMEPA). Foram escolhidas as turmas do primeiro e segundo ano do ensino médio, pois elas eram as únicas turmas técnicas integrais cidadãs regulares no momento da pesquisa.

4.2. Análise dos resultados

4.2.1. Categoria Analítica 1: Conhecimento e Consciência dos Direitos e Deveres do Cidadão

A análise dos dados revelou que os entrevistados percebem que todos - família, escola, Estado e sociedade - têm responsabilidade no desenvolvimento da consciência política dos cidadãos, mas entendem o papel dos pais e da família como essencial para o êxito desse processo, em um segundo momento a escola é citada pelos educadores como primordial no sentido de educar os indivíduos para o convívio em sociedade, como pode ser observado na fala a seguir:

“A construção da Cidadania deve ser entendida sempre como uma construção, não individual, mas coletiva, social [...] o homem é um ser social, um ser político [...]”
(Entrevistado 6)

É no coletivo que a autonomia e a liberdade se limitam e se desenvolvem alcançando o seu real e mais profundo sentido de cidadania que manifesta a verdadeira ação individual e social adquirindo, dessa forma, a condição de direito (GOERGEN, 2013).

Neste sentido, a construção coletiva demanda o entendimento de que todos os membros da sociedade são fundamentais para o seu desenvolvimento, de forma efetiva. A família apresenta considerável importância neste processo, pois é no âmbito familiar que os indivíduos obtêm a base moral e ética, além dos primeiros valores. Já a escola é o elo entre o indivíduo e a sociedade, através dela, os estudantes tem contato com diferentes culturas, religiões, gêneros, classes sociais e aprendem a conviver com diferentes contextos econômicos e sociais.

O papel do governo como facilitador de mecanismos capazes de impulsionar o desenvolvimento da cidadania é um dos pontos de destaque na fala que se segue:

“[...] Governo dá subsídio, propor políticas públicas para que aquela determinada sociedade se desenvolva, seja através de empregos ou de outras oportunidades [...]”
(Entrevistado 5)

Os relatos indicam que há, na percepção dos respondentes, uma estreita relação entre cidadania e trabalho, onde o cidadão é aquele que além de conhecedor e praticante dos seus direitos e deveres, também dispõe de oportunidades de trabalho para que assim, como ser social, possa desenvolver e exercer sua cidadania plena.

No que tange à importância da cidadania e sua inserção nas práticas escolares, todos os entrevistados destacaram a relevância do tema e, a viabilidade do mesmo ser abordado de forma transversal, atingindo todo conteúdo programático.

Para os respondentes as práticas pedagógicas que se inserem nesse contexto promovem debates sobre valores éticos, cooperação, e participação, assim como estimulam a livre expressão e o respeito a diversidade.

Quanto ao conceito de cidadania os respondentes demonstraram conhecimento sobre o tema, apesar de, em suas falas, não fazerem relações diretas entre o exercício da cidadania e a participação ativa dos cidadãos nas arenas sociais, como pode ser observado nos fragmentos apresentados abaixo:

“[...] é conhecer os direitos e deveres do cidadão [...]” (Entrevistado 1)

“Cidadania é um feixe, é um conjunto de direitos e deveres que permeia o indivíduo na relação do indivíduo com o Estado [...]” (Entrevistado 6)

“Cidadania é você conhecer seus direitos, conhecer seus deveres dentro de uma sociedade fazer o que realmente é sua obrigação e o que é seu dever [...]” (Entrevistado 9)

“Cidadania para mim seria cumprir com os meus deveres, garantir os meus direitos também [...]” (Entrevistado 10)

“[...] a gente ter consciência dos nossos direitos e também ter consciência dos nossos deveres na sociedade é participar ativamente do meio social [...]” (Entrevistado 12)

Cidadão é o indivíduo que além de possuir conhecimentos de seus direitos e deveres, põe em prática seus direitos e cumpre com os seus deveres ou goza de liberdades em relação ao Estado e tem, mesmo que parcialmente, poder político (BENEVIDES, 1994), ponto este destacado apenas por um dos entrevistados.

“[...] eu exerço minha cidadania, né, como professora, como eleitora [...]”
(Entrevistado 13)

A cidadania ativa foi pouco identificada na fala dos entrevistados, mesmo quando afirmaram exercê-la, limitavam-se a citar o conhecimento de seus direitos e deveres e o exercício do voto. Apenas um respondente destacou sua participação em movimentos sociais e políticos.

“[...] eu me considero um cidadão bem ativo, porque eu sou engajado em movimentos sociais, movimentos políticos [...]” (Entrevistado 12)

A falta de senso de coletividade ou “espírito coletivo” é destacado como um dos motivos que desestimulam o envolvimento em problemas que assolam a sociedade. Como pode ser verificado na frase a seguir:

“Eu me considero meio termo. [...] A gente só busca mais uma reivindicação de algo quando está diretamente ligada a você, mas quando é algo social do bem comum à gente fica mais cômodo. Eu tenho esse senso de coletividade, mas ao mesmo tempo eu acho que deveria trabalhar mais isto buscando meios de lutar mais pela sociedade [...]” (Entrevistado 3)

“[...] não me envolvo nas questões sociais da cidade, isto é uma falha, a gente como cidadãos tem de se envolver [...]” (Entrevistado 2)

O professor deve ter a capacidade de trabalhar os conceitos das disciplinas do currículo escolar de um modo que eles sejam aproveitados significativamente na formação da cidadania de seus alunos (BARRETO, 2015).

A relação entre a escola e o mercado de trabalho é identificada várias vezes nas falas dos entrevistados, essa questão tem relação direta com o caráter técnico do ensino da escola

foco deste estudo. Neste sentido, é possível analisar que, para os respondentes, o papel central da educação é capacitar os alunos para o mercado de trabalho.

“A educação para cidadania é a gente educá-los [...] educação voltada ao mercado de trabalho”. (Entrevistado 8)

É importante destacar que o papel da escola vai além da preparação para o mercado de trabalho, tendo em vista o acesso ao conhecimento científico, a compreensão das políticas públicas, o estímulo ao pensamento crítico e analítico e, o próprio exercício pleno da cidadania (ZWETSCH; ZWETSCH, 2015).

Por fim, podemos concluir que os respondentes entendem a cidadania como o exercício dos direitos e deveres dos cidadãos, compreendem que os pais e a família são os principais responsáveis pela formação cidadã, mas reconhecem o papel da escola como primordial neste aspecto. Os relatos ainda indicam que na percepção dos educadores o tema cidadania pode ser trabalhado de forma transversal e, assim, permear todo o conteúdo programático da escola.

4.2.2. *Categoria Analítica 2: Comportamento Reflexivo-Crítico*

A adoção de metodologias inovadoras e a adoção de estratégias educacionais para a promoção da consciência cidadã é, ao mesmo tempo um desafio e uma oportunidade para os educadores que pretendem promover o desenvolvimento global do aluno. Estimular a reflexão e a análise crítica dos alunos sobre temas de interesse geral, é condição *sine qua nom* para o exercício da cidadania ativa.

Os respondentes relataram que a ECIT, promoveu formação para os educadores no processo de transição da escola, de ensino médio regular para cidadã integral técnica, com o objetivo de introduzir metodologias inovadoras que reconhecem o aluno como protagonista do processo educacional. O que na percepção dos educadores influencia positivamente na formação geral dos alunos, mas não especificamente na formação para o exercício da cidadania:

“[...] Quando a escola, ano passado se tornou integral a gente teve uma semana de formação e essa nova escola integral, ela é voltada principalmente para o protagonismo e desenvolvimento dos estudantes, à questão do aluno ser autônomo, ser solidário e ser competente também”. (Entrevistado 1)

“Não. Existe uma formação realmente das escolas integrais. [...]. Eles até que falam muito sabe, dessa questão de cidadania, protagonismo, de ação, mas uma formação focada especificamente no que você está perguntando tem não, eu pelo menos nunca participei não”. (Entrevistado 3)

“[...] eu não pude observar uma formação específica, mas tem um material que discute esses temas também e até na BNCC que é a base comum curricular tem esses temas”. (Entrevistado 5)

As falas dos entrevistados indicam que, na percepção deles, não há uma formação específica para a abordagem do tema cidadania. As formações ocorridas, no período de transição, trabalharam questões gerais que, não deixam de impactar positivamente a consciência cidadã já que coloca o aluno como protagonista do processo ensino-aprendizado.

É possível afirmar que, na percepção dos respondentes, a escola integral tem grande potencial para construir um Projeto Político Pedagógico (PPP) que contribua, efetivamente, para a formação de cidadãos mais ativos. Como pode ser verificado na frase modal a seguir:

“Eu acredito que possa sim, porque a escola integral é uma espécie de renovação. Ela se autoavalia, analisa as propostas que foram positivas, analisa os pontos negativos [...]”. (Entrevistado 11)

O PPP é uma importante ferramenta de planejamento, organização, controle e avaliação dos planos de ação das escolas. Essa ferramenta deve nortear as ações da escola no intuito de conquistar os objetivos e metas estabelecidos.

Quanto a preparação para abordarem a temática educação para a cidadania, os respondentes apresentaram percepções diferentes, como pode ser observado nas frases modais abaixo:

“[...] Todos os professores estão preparados para trabalhar com a escola cidadã até porque no início nós passamos por uma seleção, fizemos, fomos selecionados e após a seleção tivemos a formação, uma capacitação cada um dentro da sua área e assim eu acredito que todos estejam. [...]”. (Entrevistado 15)

“[...] todo professor ele já nasce com essa capacidade, então ele só precisa colocar isso em prática, ele, só precisa desenvolver isso [...]”. (Entrevistado 4)

“Eu acredito que ainda não. Infelizmente. Porque não tem um direcionamento só para essa parte é uma coisa ampla aí a gente tem de abordar de tudo um pouco, infelizmente não tem não um direcionamento não”. (Entrevistado 1)

Os relatos indicam que, na escola em foco, a educação para a cidadania, de forma geral, tem sido trabalhada como tema transversal, apesar de não haver uma capacitação dos educadores para este fim.

Para a concretização da cidadania é preciso que o corpo docente traga metodologias de aprendizagem diferentes e discussões que envolvam e despertem o interesse dos alunos estando de acordo com sua realidade e cultura, semeando valores universais, ensinando o cuidado e respeito ao espaço público e aos demais indivíduos (ZWETSCH; ZWETSCH, 2015).

Neste sentido, as falas obtidas revelam que as ações utilizadas para o desenvolvimento reflexivo-crítico dos alunos se respaldam em ações ligadas às próprias atividades que compõem as proposições curriculares, sejam elas em disciplinas básicas, eletivas, diversificadas ou técnicas. Porém, de forma mais pontual, são realizados projetos que estimulam os alunos a discutirem soluções para os problemas da comunidade o que pode levar ao maior envolvimento destes com as questões de ordem pública.

4.2.3. Categoria Analítica 3: Articulação e Cooperação com a Comunidade

Na percepção dos educadores são realizadas atividades no ambiente escolar que podem impulsionar a expansão da consciência cidadã e quiçá levar ao exercício da cidadania ativa.

Os conteúdos e metodologias de trabalho que despertam nos alunos o interesse por questões relacionadas ao exercício da cidadania estão destacadas nas frases modais a seguir:

“[...] disciplina do primeiro ano que é Intervenção comunitária [,,].” (Entrevistado 1)

“[...] Quando o aluno vai a Campo, quando ele sai da escola, essa visão dele é ampliada [...]” (Entrevistado 3)

“[...] uma roda de conversa, um debate, uma peça”. (Entrevistado 4)

“[...] principalmente trabalho em equipe [...] Inovação social científica [...] disciplina como a de intervenção Comunitária que os alunos do segundo ano buscam sempre a questão de melhoria para comunidade [...]” (Entrevistado 7)

“A metodologia através de projetos interdisciplinares, também projetos que podem e devem também ser inseridos dentro do contexto social do estudante”. (Entrevistado 12)

“[...] Disciplinas práticas [...]” (Entrevistado 13)

Quanto a aspectos como a melhoria da qualidade de vida da população e, o atendimento aos interesses dos alunos e da comunidade, os entrevistados percebem que a contribuição, de fato, está na formação técnica dos educandos e, na posterior inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

“[...] Contribui com a qualificação técnica, isso ai conta muito, é muito bom, eles não vão sair do ensino médio simplesmente, eles vão sair com uma prática, eles vão sair com algo a mais que essa Escola Técnica oferece.” (Entrevistado 13)

“Eu acredito que sim. E a partir do momento que a gente faz esse trabalho de conscientização dos estudantes a gente já tá contribuindo com essa sociedade [...]” (Entrevistado 14)

Apesar de considerarem como essencial para a formação de um cidadão ativo, os entrevistados destacam que a participação de pais e demais membros da comunidade nas atividades promovidas pela escola é muito baixa, e só ocorre quando estes são convocados. Como pode ser observado na frase a seguir:

“Eu acho que ainda falta muito a participação dos pais e da sociedade na escola. [...] só em reuniões pedagógicas, alguns pais que vão à escola, né, buscar saber como é que está o seu filho, mas assim é bem pontual [...]” (Entrevistado 4)

Sabe-se que é fundamental para a prática da cidadania, a boa convivência na sociedade, o respeito e a valorização do bem comum, a tolerância, as atitudes positivas, às trocas de experiências, os valores e a participação democrática (ZWETSCH; ZWETSCH, 2015).

O baixo envolvimento dos pais de alunos e, demais membros da comunidade nos eventos promovidos pela escola podem refletir no próprio comportamento dos alunos quanto ao interesse por questões coletivas.

CONCLUSÃO

A educação é um direito social garantido a todos os cidadãos brasileiros, sendo responsabilidade da família, do Estado e da sociedade como um todo. Assim, a educação formal é crucial para o exercício pleno da cidadania e para o desenvolvimento de toda sociedade.

A escola tem o papel fundamental de socializar o conhecimento e formar o cidadão para que o mesmo contribua para o desenvolvimento da sociedade. As metodologias adotadas pelos profissionais de educação podem provocar o pensamento reflexivo e crítico dos alunos, assim como a intenção destes intervirem em seus meios de forma a contribuir para um mundo melhor.

Por vezes, a função da escola de transformar os indivíduos em cidadãos conscientes do seu papel transformador do meio em que vivem é relegado a segundo plano, o que tende a desencadear limitações na reprodução de conhecimentos. As metodologias que baseadas na ampla comunicação, no livre debate de ideias e interação entre escola e comunidade, pode levar a uma elevação da consciência política do cidadão.

Neste sentido, o grande desafio da ECIT é conciliar a formação técnica para o mercado de trabalho com a as questões de vida em sociedade, tendo a ética como centro das reflexões sobre o exercício da cidadania.

Os resultados desta pesquisa evidenciam a preocupação dos educadores quanto à formação para a cidadania do alunado, entre outros aspectos revelados pelos entrevistados, o baixo envolvimento de pais e demais membros comunidade local, dificultam o trabalho da escola no sentido de compartilhar normas e valores que norteiam e preparam o indivíduo para viver em sociedade. Este fato é considerado relevante, já que, na percepção dos respondentes, os principais responsáveis pela formação cidadã do indivíduo, são, os pais, depois, os membros da comunidade, e, por fim, a escola.

Os respondentes demonstraram ter noções básicas acerca dos direitos e deveres dos cidadãos, aprofundar esses conhecimentos é essencial para que possam desenvolver um trabalho que ultrapasse a reprodução de conhecimentos técnicos. É importante destacar que os

mesmos entendem que a consciência cidadania é uma construção coletiva, onde a família é o alicerce e a escola é o elo entre o indivíduo, a sociedade e o mercado de trabalho.

Á respeito do estímulo ao pensamento reflexivo-crítico do alunado, os resultados indicam a necessidade de adotar outras metodologias, já que atualmente esse trabalho é realizado, majoritariamente, de forma transversal, nas disciplinas básicas ou específicas, que em geral estão voltadas para a técnica e o mercado de trabalho.

Vale destacar que as proposições curriculares, da ECIT em questão, seguindo o que preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNEB), adota metodologias ativas como rodas de conversas, debates, peças teatrais e, projetos que abordam temas livres.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNEB) destacam que as práticas pedagógicas devem utilizar-se da problematização como instrumento de incentivo a pesquisa por parte dos alunos, além de estarem comprometidas com a educação cidadã. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), determina que as atividades podem ser desenvolvidas de maneira teóricas e práticas.

Destarte, as metodologias adotadas pelas ECITs devem favorecer e estimular o protagonismo dos estudantes, visão esta compartilhada pelos entrevistados. O objetivo é ir além do ensino tradicional que foca na reprodução de conhecimento acumulado sem intenção de abrir espaço para o inusitado.

Por fim, podemos concluir que a ECIT foco deste estudo, na percepção dos profissionais de educação, adota, com algumas limitações, práticas pedagógicas capazes de proporcionar meios para a formação da cidadania ativa dos alunos. Vale salientar, que os respondentes têm consciência dos fatores limitadores desse trabalho, colocando como principais obstáculos à baixa participação dos pais e demais membros da sociedade na vida escolar, além da falta de capacitação específica para um trabalho direcionado ao tema da cidadania.

É importante destacar que entre as limitações próprias de uma pesquisa, nesta destaca-se a necessidade de adaptação da metodologia ao contexto da pandemia do COVID-19. Sugerimos, portanto, para trabalhos futuros a inclusão, na amostra da pesquisa, de alunos, pais e agentes comunitários, assim como a análise comparativa com outras ECITs.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Salete Bortholazzi. **Educação não formal, informal e formal, do conhecimento científico nos diferentes espaços de ensino e aprendizagem.** In: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE: produções didático-pedagógicas. Londrina: SEED, 2014. (Cadernos PDE, v. 2). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_bio_pdp_maria_salete_bortholazzi_almeida.pdf>. Acesso em: 05 de Out. 2019.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BARDIN, L. (2011). **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70.

BARRETO, Ana Cristina Carvalho Sá. **A educação como direito social e exercício da cidadania: um estudo sobre o processo da redemocratização brasileira (1985 a 2015).** Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Lavras, 2015. 121 p. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/10488/2/DISSERTA%C3%87%C3%83O_A%20educacao%20como%20direito%20social%20e%20exerc%C3%ADcio%20da%20cidadania%20um%20estudo%20sobre%20o%20processo%20da%20redemocratiza%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20%281985%20a%202015%29.pdf>. Acesso em: 03 de out. 2019.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Cidadania e Democracia.** Lua Nova, São Paulo, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Emendas Constitucionais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 de Set. 2019.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão.** Conselho Nacional de Educação: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/mec/diretrizes_curriculares_nacionais_para_educacao_basica_diversidade_e_inclusao_2013.pdf>. Acesso em: 02 de Set. 2019.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 02 de Set. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S.. **Métodos de pesquisa em administração.** 12. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill Education, 2016. 695 p.

COSTA, G. P. Um estudo sobre cidadania e políticas públicas em Porto Alegre. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 3, n. 4 (número especial), p. 75-103, nov. 2007. Disponível em: <http://www.rbhdr.net/extra_n01/artigo5.pdf>. Acesso em 25 Set.2019.

FLACH, Simone de Fátima. O direito à educação e sua relação com a ampliação da escolaridade obrigatória no Brasil. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 64, p. 495-520, Set. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362009000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 de Out. 2019.

GADOTTI, M. **Escola cidadã.** 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOERGEN, Pedro. A educação como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 723-742, Set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Ago. 2019.

PARAÍBA. **Decreto nº 36.408 de 30 de novembro de 2015. Cria a Escola Cidadã Integral**, institui o Regime Dedicção Docente Integral – RDDI e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Paraíba. João Pessoa, 1 dez. 2015. Disponível em: <<http://static.paraiba.pb.gov.br/2015/12/Diario-Oficial-01-12-2015.pdf>>. Acesso em: Acesso em: 02 de Set. 2019.

RODRIGUES, Samuel de Oliveira. A lei de diretrizes e bases da educação nacional de 1971: o ensino médio no contexto autoritário da ditadura militar (1964- 1985). **Revista eletrônica pró-docência. Uel.** Edição Nº. 2, Vol. 1, jul-dez. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope/pages/arquivos/SAMUEL%20%20CIENCIAS%20SOCIAIS.pdf>>. Acesso em: 01 de Out. 2019.

SILVA, A. S. A identificação de adversários, de sentimentos antagônicos e de (in) eficácia política na formação da consciência política no MST Paulista. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, UERJ, v.7, n. 1, p. 105-126, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a10.pdf>>. Acesso em 25 Set.2019.

VASCONCELOS, A. **Manual compacto de ensino religioso**. São Paulo: Ridel, 2010.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

_____, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ZWETSCH, Andriele dos Santos; ZWETSCH, Patrícia dos Santos. Escola: educação para cidadania. **XII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19414_10942.pdf>. Acesso em: 03 Out. 2019.